

## As guerras culturais neoconservadoras

Se os New Leftists deram forma a um lado das guerras culturais, aqueles que passaram a ser chamados de neoconservadores foram extremamente influentes na formação do outro. O neoconservadorismo, um rótulo aplicado a um grupo de intelectuais liberais proeminentes que se moveram para a direita no espectro político americano durante os anos 60, tomou forma precisamente em oposição à New Left. Em sua reação à Nova Esquerda, em sua defesa enérgica das instituições tradicionais americanas e em seu ataque violento aos intelectuais que compunham, nas palavras de Lionel Trilling, uma “cultura adversária”, os neoconservadores ajudaram a elaborar os próprios termos das guerras culturais.<sup>1</sup> Quando pensamos na persuasão neoconservadora como o outro lado da Nova Esquerda, ela deve ser historicamente situada em relação ao que Corey Robin rotula de “mente reacionária”. Robin considera o conservadorismo “uma meditação sobre — e uma interpretação teórica de — a experiência sentida de ter poder, vê-lo ameaçado e tentar reconquistá-lo”. De forma um tanto semelhante, George H. Nash define o conservadorismo como “resistência a certas forças percebidas como esquerdistas, revolucionárias e profundamente subversivas”. Muitos americanos vivenciaram os vários movimentos da Nova Esquerda dos anos 60 como “profundamente subversivos” do status quo. Os neoconservadores articularam melhor essa reação. Em uma cultura nacional transformada pelos movimentos de libertação dos anos 60, os neoconservadores se tornaram famosos por seus esforços para “reconquistá-la”.<sup>2</sup> Uma das principais suposições que tornavam alguém um partidário conservador nas guerras culturais era a ideia de que a cultura americana estava em declínio. Ao longo do século XX, a maioria dos conservadores americanos, especialmente aqueles com uma inclinação teológica fundamentalista cristã, localizaram as origens da decadência cultural americana no darwinismo, na crítica bíblica e em outros precursores do secularismo do século XIX. Os neoconservadores, em contraste, acreditavam que o declínio resultava de fenômenos muito mais recentes. Por exemplo, Gertrude Himmelfarb, a eminente historiadora da Grã-Bretanha vitoriana, criou uma narrativa convincente de decadência que, embora eclética, demonstrou bem como os neoconservadores diferenciavam sua visão moral de tudo o que os anos 60 passaram a significar. Himmelfarb argumentou que, revestida de virtudes vitorianas, a cultura ocidental havia resistido às tempestades da modernidade — isto é, até os anos 60. Foi somente durante e depois daquela década marcante que as certezas morais da mente vitoriana foram destruídas por um ethos contracultural que se tornou popular.<sup>3</sup> A narrativa de declínio de Himmelfarb foi um exemplo das muitas maneiras pelas quais os neoconservadores dotaram o movimento conservador com uma estrutura mais contemporânea para se envolver nas guerras culturais. O marido de Himmelfarb, Irving Kristol — “o padrinho do neoconservadorismo” e um dos poucos que realmente adotou o rótulo para si — argumentou que o neoconservadorismo tinha a tarefa de converter “o partido republicano e o conservadorismo americano em geral, contra suas respectivas vontades, em um novo tipo de política conservadora adequada para governar uma democracia moderna”. Embora Kristol tenha exagerado o significado maior do movimento que ajudou a fundar, sua avaliação foi precisa com relação ao papel particular que o neoconservadorismo desempenhou na definição dos termos das guerras culturais. O neoconservadorismo era o principal oponente ideológico da Nova Esquerda. Ao assumir tal dever, os neoconservadores se prepararam para uma resposta hostil. Felizmente para eles, suas experiências anteriores os prepararam bem para a tarefa. Muitos dos primeiros neoconservadores eram membros de

“a família”, a designação adequada de Murray Kempton para aquela tribo disputada também conhecida como os intelectuais de Nova York. Eles atingiram a maioria na década de 1930 no City College of New York (CCNY), um destino comum para judeus inteligentes da classe trabalhadora que, de outra forma, poderiam ter frequentado escolas da Ivy League, onde cotas proibiam muitas matrículas judaicas até depois da Segunda Guerra Mundial. Himmelfarb, Kristol e seu meio aprenderam a arte da polêmica durante os anos passados na célebre Alcova nº 1 do refeitório do CCNY, onde jovens trotskistas travavam uma guerra ideológica contra os estudantes comunistas que ocupavam a Alcova nº 2. Durante seus flertes com o trotskismo na década de 1930, quando as brigas com outros estudantes radicais pareciam uma questão de vida ou morte, os futuros neoconservadores desenvolveram hábitos mentais que nunca se atrofiaram. Eles mantiveram seus espíritos combativos, sua predileção por declarações abrangentes e sua suspeita de dogma esquerdista. Além disso, muito depois de terem evitado o marxismo político, eles mantiveram a tendência marxista analítica para diagnosticar problemas em relação às causas raiz, lógicas internas e estruturas abrangentes. Os intelectuais de Nova York defendiam uma compreensão universal do mundo e acreditavam que qualquer problema, não importa quão provinciano, deveria estar relacionado a forças maiores. Tal pano de fundo epistemológico dotou os neoconservadores com o que parecia ser uma capacidade intuitiva para criticar os argumentos da Nova Esquerda. Eles eram excepcionalmente qualificados para o trabalho de traduzir os discursos da Nova Esquerda para um movimento conservador fervoroso em seu desejo de conhecer seu inimigo. Enquanto para muitos neoconservadores confrontar a Nova Esquerda era uma tarefa que frequentemente resultava em amizades rompidas, para Irving Kristol tal atividade parecia mais prazerosa do que penosa.

Kristol havia expurgado qualquer afeição residual que tinha por política radical muito antes de a revolução voltar à moda nos anos 60. Em 1947, ele se juntou à equipe da *Commentary*, uma pequena revista publicada pelo Comitê Judaico Americano que professava uma sofisticada marca de anticomunismo. Como um liberal quintessencial da Guerra Fria desde o momento em que Winston Churchill anunciou que uma “cortina de ferro” havia

desceu sobre a Europa, Kristol se encaixou bem escrevendo para o *Commentary*. Em 1953, ele se mudou para Londres, onde ajudou Stephen Spender a fundar o *Encounter*, o órgão literário do Congress for Cultural Freedom. O congresso foi encarregado de mostrar como as nações capitalistas eram mais hospitaleiras à inovação cultural do que as sociedades comunistas. Além de ajudar nessa missão, o *Encounter* também buscou extinguir a inclinação de permanecer neutro na Guerra Fria — uma inclinação que permanecia nas mentes de muitos intelectuais da Europa Ocidental. Em 1966, tanto a revista *New Left Ramparts* quanto o *New York Times* relataram que a Agência Central de Inteligência (CIA) havia subsidiado o *Encounter* por muitos anos, incluindo durante todo o mandato de Kristol, que durou até 1958. Em resposta a essas revelações, o historiador Christopher Lasch, na época um favorito da *New Left*, atacou Kristol e seus companheiros liberais da Guerra Fria por demonstrarem “uma fé inabalável nas boas intenções do governo americano”. Na visão de Lasch, como os intelectuais tinham a responsabilidade de permanecer independentes, aqueles que aceitavam subornos do governo perdiam credibilidade. Diana Trilling, uma crítica literária da *Encounter*, admitiu que ela e seus colegas suspeitavam que a CIA financiava seus esforços. Kristol nunca admitiu isso. Mas, quer ele soubesse ou não da CIA

generosidade, é duvidoso que tal patrocínio tenha moldado sua orientação editorial. Mesmo antes de editar o *Encounter*, Kristol era um anticomunista rigoroso. A Guerra Fria revelou que

esquerdistas anti-stalinistas como Kristol eram tipicamente mais anti-stalinistas do que esquerdistas. O anticomunismo de Kristol era tão profundo que ele defendeu publicamente o combativo Joe McCarthy— uma violação do estilo assumidamente moderado do liberalismo da Guerra Fria. “Há uma coisa que o povo americano sabe sobre o senador McCarthy”, escreveu Kristol. “Ele, como eles, é inequivocamente anticomunista. Sobre os porta-vozes do liberalismo americano, eles sentem que não sabem nada disso.”

Em 1965, Kristol começou um novo jornal junto com seu colega intelectual de Nova York e ex-camarada do Alcove No. 1, o sociólogo Daniel Bell.

Originalmente, Kristol e Bell buscavam posicionar seu periódico acima da briga ideológica. Isso ficou claro em seu título, *The Public Interest*, que derivava de uma passagem reveladora de Walter Lippmann: "O interesse público pode ser presumido como o que os homens escolheriam se vissem claramente, pensassem racionalmente, agissem desinteressadamente e benevolmente." Tais intenções eram consistentes com a obsessão do liberalismo da Guerra Fria com consenso, pluralismo e conhecimento técnico, um *zeitgeist* que encontrou sua apoteose no livro de Bell de 1960, *The End of Ideology: On the Exhaustion of Political Ideas in the Fifties*. De acordo com esses chamados pensadores pluralistas que dominaram o pensamento social americano durante a década de 1950, a era das ideologias incrustadas, expressas da esquerda ou da direita, havia se tornado obsoleta pela era da afluência. O governo pela experimentação científica era a nova ordem. O presidente John F. Kennedy certificou esse ethos tecnocrático em um discurso de 1962 no qual declarou que os problemas da nação eram meramente "técnicos e administrativos" e, como tal, "não se prestam ao grande tipo de movimentos apaixonados que agitaram este país tantas vezes no passado".

Embora *The Public Interest* tenha começado no modo tecnocrático, o periódico rapidamente se tornou mais conhecido por seu profundo ceticismo em relação aos méritos da reforma liberal. Na verdade, *The Public Interest* foi fundamental para minar a ideia liberal de que a política governamental poderia resolver problemas relacionados ao racismo e à pobreza. Ele consistentemente apresentava acadêmicos influentes que consideravam tais noções ingênuas e, em última análise, perigosas em sua propensão a piorar as coisas. Kristol, que havia mostrado sinais precoces de pessimismo sobre a reforma liberal, liderou a investida da revista nessa direção. Embora durante a maior parte dos anos 60 ele alegasse apoiar um generoso sistema de bem-estar para os americanos pobres, o título de um artigo da *Harper's* que ele escreveu em 1963 — "O Estado de Bem-Estar Social está Obsoleto?" — testemunhou suas suspeitas latentes. Em 1971, Kristol expressou suas dúvidas de forma mais explícita em uma crítica desfavorável da revista *Atlantic* sobre o "cru" e "bruto" livro de Frances Fox Piven e Richard Cloward.

livro “quase marxista” *Regulating the Poor: The Function of Public Welfare*. Enquanto Piven e Cloward argumentavam que os pobres mereciam benefícios de assistência social que fossem mais generosos e viessem com menos amarras, Kristol acreditava que a assistência social havia se tornado “um círculo vicioso no qual as melhores intenções se fundem com os piores resultados”.

Antecipando uma série de críticos conservadores posteriores do bem-estar, Kristol argumentou que um sistema de bem-estar mais generoso criaria mais dependência. Essa lógica prevaleceu no *The Public Interest* já em 1966, quando o colaborador frequente Earl Raab escreveu um artigo crítico da "guerra contra a pobreza" do presidente Lyndon Johnson, uma peça-chave nos esforços maiores de Johnson para criar uma Grande Sociedade. Raab argumentou que os esforços do governo para suplementar a renda de pessoas capazes de trabalhar "colocariam um distintivo de status social inferior sobre elas" — um exemplo das muitas maneiras pelas quais o jornal neoconservador nascente destacou as consequências não intencionais da reforma liberal. Embora Kristol

reconheceu em 1963 que considerava alguns aspectos dos esforços do Partido Democrata para expandir o estado de bem-estar social duvidosos, sua lealdade ao partido do liberalismo da Guerra Fria persistiu até 1968, quando votou no candidato presidencial democrata Hubert Humphrey. Mas apenas dois anos depois, Kristol estava jantando na Casa Branca com Nixon, os dois homens unidos por seu ódio compartilhado pela Nova Esquerda. De acordo com o New York Times, que relatou o jantar Nixon-Kristol como parte de uma história sobre a intensificação das medidas de vigilância do governo após os atentados da Nova Esquerda, Kristol concordou com a repressão de Nixon, comparando "jovens americanos brancos de classe média que estão recorrendo à violência" aos privilegiados Narodniki russos que assassinaram o Czar Alexandre.<sup>1</sup> Em 1972, Kristol se juntou a quarenta e cinco intelectuais, incluindo Himmelfarb e vários outros neoconservadores incipientes, para assinar um anúncio de página inteira que foi publicado no New York Times pouco antes da derrota esmagadora de George McGovern por Nixon. "Dos dois principais candidatos à Presidência dos Estados Unidos", declararam os signatários, "acreditamos que Richard Nixon demonstrou capacidade superior para uma liderança prudente e responsável". Kristol e seus colegas poderiam ter permanecido democratas em 1972 se seu único grande ponto de discórdia tivesse sido com as políticas de bem-estar bem-intencionadas, embora ineficazes, do partido. Eles puxaram a alavanca para Nixon porque acreditavam que a Nova Esquerda, na forma do movimento "Nova Política" que permitiu a nomeação de McGovern, havia conquistado o Partido Democrata.

Diana Trilling, que se recusou a assinar a declaração, alegou que o anúncio pró-Nixon marcou o advento do movimento neoconservador. Certamente não foi coincidência que 1972 foi o ano em que Kristol se tornou membro do American Enterprise Institute e colunista do Wall Street Journal — o ano em que Kristol, em suma, se tornou um membro de pleno direito do movimento conservador.<sup>11</sup> Embora a nomeação de McGovern tenha representado um ponto de ruptura para Kristol e muitos outros liberais da Guerra Fria, sua frustração com a crescente influência da Nova Esquerda vinha borbulhando em direção à superfície há anos. O primeiro ponto crítico foi a controvérsia que envolveu o que ficou para sempre conhecido como "o Relatório Moynihan". Daniel Patrick Moynihan, um sociólogo urbano que regularmente contribuía para o The Public Interest e que teve uma longa carreira na política que culminou em um mandato de 24 anos no Senado dos EUA, escreveu um artigo polarizador em 1965 enquanto servia como secretário assistente do trabalho no governo Johnson. Em seu controverso relatório, oficialmente intitulado The Negro Family: The Case for National Action, Moynihan argumentou que os direitos iguais conquistados pelos negros no âmbito legal — frutos nascidos do movimento pelos direitos civis — trouxeram novas expectativas de resultados iguais. Mas alcançar resultados iguais seria mais difícil porque os negros não tinham o condicionamento cultural necessário para competir com os brancos, uma estrutura analítica que Moynihan colheu da escola de sociologia de Chicago que dominava a disciplina desde a Era Progressista. Os sociólogos da Universidade de Chicago explicaram a pobreza urbana negra como o resultado da "desorganização social" produzida pelo atraso cultural que os migrantes negros do sul rural sofreram ao se mudarem para as cidades do norte. Como a pobreza decorreu de um comportamento culturalmente condicionado, sua solução foi aclimatar os migrantes negros aos hábitos industriais modernos. Para céticos obstinados como Moynihan, a ideia de que a cultura impedia os esforços de reforma liberal era uma lente iluminadora através da qual se via a pobreza negra.<sup>12</sup> O aspecto mais controverso do Relatório Moynihan foi sua

foco em como as diferenças na estrutura familiar isolavam os afro-americanos do resto da nação. “O problema fundamental”, argumentou Moynihan, “é que a família negra nos guetos urbanos está se desintegrando”. Moynihan foi cauteloso sobre o que veio primeiro: desintegração familiar ou pobreza. Em primeiro lugar, ele pensava que a instabilidade familiar era “a fonte fundamental da fraqueza da comunidade negra no momento atual” e considerava a cultura do gueto um “emaranhado de patologia”, disfuncional de maneiras únicas à cultura negra. A causa de tal disfunção, argumentou Moynihan, era que a família negra tendia a ser matriarcal, um padrão que remontava à escravidão. Isso, ele acreditava, colocava os negros em uma desvantagem distinta porque os provedores do sexo masculino eram a fonte da estabilidade familiar americana. Mas, apesar dessa acentuação da cultura da pobreza, Moynihan concluiu seu relatório com um apelo para expandir os programas de empregos, uma vez que a família negra só poderia se tornar solvente se os homens negros tivessem empregos com salários decentes. Este “caso para ação nacional” chegou ao discurso de Lyndon Johnson na Universidade Howard em 4 de junho de 1965 — coescrito por Moynihan — no qual o presidente proclamou que buscava “não apenas igualdade como um direito e uma teoria, mas igualdade como um fato e como um resultado”.<sup>13</sup> O Relatório Moynihan rapidamente se tornou uma sensação nacional. Em parte, isso se deveu ao violento motim racial que explodiu em Watts naquele verão: a teoria de Moynihan era a explicação convencional para o motivo pelo qual os negros se revoltaram tão furiosamente, mesmo após a aprovação dos Atos dos Direitos Civis e dos Direitos ao Voto. O Wall Street Journal descreveu Watts em um artigo inspirado no Relatório Moynihan, intitulado “A desintegração da vida familiar em favelas negras semeia a violência racial — lares sem marido geram jovens bandidos e impedem reformas, dizem sociólogos”. Além desse eco irracional, porém, as reações ao Relatório Moynihan foram diversas. Um autointitulado “contribuinte enojado” da Louisiana enviou uma carta cáustica a Moynihan que resumia a resposta racista: “Pessoas como você me deixam doente. Você vai à escola a maior parte da sua vida e tem muito aprendizado em livros, mas sabe tanto sobre os negros quanto eu sei sobre os esquimós. Nunca houve uma família negra que se deteriorasse, isto é, não uma família como os brancos conhecem uma família.” Moynihan esperava tal amargura dos apologistas de Jim Crow. Mas ele foi pego de surpresa quando uma série de líderes dos direitos civis e intelectuais denunciaram a ênfase gratuita do relatório na patologia negra, temendo que isso fosse usado como justificativa para limitar o escopo da reforma. Escrevendo na New York Review of Books, Christopher Jencks criticou a “suposição orientadora de Moynihan de que a patologia social é causada menos por defeitos básicos no sistema social do que por defeitos em indivíduos e grupos específicos que impedem seu ajuste ao sistema. A prescrição é, portanto, mudar o desvio, não o sistema.”<sup>14</sup> Graças a essa disputa pública, o Relatório Moynihan instigou uma conversa nacional sobre se expandir o estado de bem-estar social era a solução para os problemas de pobreza e raça — a mesma conversa sendo conduzida nas páginas mais exclusivas do The Public Interest. Como acontece com a maioria dos neoconservadores emergentes, a posição de Moynihan sobre essa questão estava em rápido fluxo. Quando escreveu seu relatório em 1965, ele argumentou que as taxas de ilegitimidade entre os negros, uma das várias patologias que o preocupavam, eram paralelas aos níveis de desemprego entre os negros. Foi por isso que Moynihan concluiu o relatório com um argumento a favor de um programa de empregos. Mas alguns anos depois que Moynihan escreveu seu relatório, um número ainda maior de famílias negras estava recebendo assistência social e, para pic

fato de que as taxas de desemprego entre os negros melhoraram significativamente. Esses fatores contraintuitivos ajudaram a convencer Moynihan de que a ação governamental por si só não poderia melhorar a vida dos negros pobres.<sup>1</sup> Devido em parte ao sucesso ideológico dos movimentos de libertação dos anos 60, especialmente o Black Power, um grande número de críticos rejeitou fortemente a lógica que sustentava grande parte do Relatório Moynihan. Em particular, os detratores de esquerda de Moynihan rejeitaram a presunção de que a cultura afro-americana era uma versão distorcida

da cultura branca americana. Eles também repudiaram a suposição corolária de que a assimilação às normas prescritas — à América normativa — era o único caminho para a igualdade.

Em sua crítica amarga ao Relatório Moynihan, William Ryan, um psicólogo e ativista dos direitos civis, cunhou a frase “culpar a vítima” pelo que ele descreveu como o ato de Moynihan de “justificar a desigualdade encontrando defeitos nas vítimas da desigualdade”.

Assim como os teóricos do Black Power Stokely Carmichael e Charles Hamilton explicaram a desigualdade racial em termos institucionais, Ryan enfatizou como a estrutura social americana favorecia os brancos em detrimento dos negros. O comportamento dos negros pobres, fosse realmente disfuncional ou não — e Ryan levantou preocupações sobre a validade dessa alegação — não passava de uma pista falsa.<sup>1</sup> A mudança de Moynihan do liberalismo para o neoconservadorismo, talvez mais do que a de qualquer outra pessoa que percorreu esses campos, foi parcialmente devido à angústia pessoal que ele sofreu quando seus críticos de esquerda o acusaram de “culpar a vítima”, uma maneira educada de chamá-lo de racista. “Passei grande parte da minha vida adulta trabalhando pela igualdade racial”, Moynihan refletiu mais tarde, “ajudei a montar o programa antipobreza, defini o tema e escrevi o primeiro rascunho do discurso do presidente Johnson em Howard

University, que ele descreveria como o melhor discurso sobre direitos civis que já fez, apenas para me encontrar de repente como um símbolo de reação.” Em seu artigo de 1967 descrevendo as consequências, Moynihan concluiu que o debate honesto sobre raça e pobreza não era mais possível.

“O tempo em que os homens brancos, quaisquer que fossem seus motivos, podiam dizer aos negros o que era ou não bom para eles, agora está definitivamente e decididamente acabado. Uma era de más maneiras certamente começou.”<sup>1</sup> Da perspectiva de Moynihan, o fracasso da esquerda em abordar as causas da desordem urbana significava que se tornara “necessário”, como ele disse a uma audiência de liberais leais da Guerra Fria em 1967, “buscar e fazer alianças muito mais eficazes com conservadores políticos”. Seguindo seu próprio conselho, Moynihan aceitou o convite de Nixon para se juntar ao seu gabinete em 1969 como conselheiro do presidente em assuntos urbanos. Durante seu tempo trabalhando para Nixon, Moynihan escreveu vários memorandos incomumente sinceros para o presidente. Um desses memorandos de 1970, “Uma avaliação geral da posição dos negros”, fez de Moynihan o assunto de mais uma controvérsia racial depois que vazou para a imprensa. No memorando, Moynihan transmitiu sua preocupação de longa data de que os negros estavam se comportando de maneiras cada vez mais antissociais. “Além das atitudes raciais brancas”, ele argumentou, o maior problema que afligia os negros americanos era que eles “prejudicavam uns aos outros”. “Pode ter chegado o momento em que a questão da raça poderia se beneficiar de um período de negligência benigna”. Os críticos martelaram Moynihan por essa frase de “negligência benigna” — um epíteto usado depois para difamar Moynihan como racista — enquanto ignoravam o contexto maior do argumento. Embora tivesse se tornado cético em relação à reforma do governo, Moynihan não se opôs a todas as medidas para melhorar as condições de vida urbana dos negros.

Em vez disso, ele queria apenas reduzir a retórica racial, fosse ela proveniente de líderes do Black Power como Carmichael ou de conservadores inflamatórios como o vice-presidente Spiro.

Agnew. “O fórum foi tomado demais por histéricos, paranoicos e valentões de todos os lados”, declarou Moynihan.<sup>1</sup> A resposta à análise de raça de Moynihan convenceu os neoconservadores de que a maioria dos liberais americanos não estava disposta a lutar as batalhas que garantiriam a sobrevivência de uma sociedade ordeira. Mais tarde, em 1970, em outro memorando escrito para o benefício de Nixon, Moynihan alertou sobre a grave ameaça representada pelo “colapso dos valores tradicionais”. Ele sugeriu que a anarquia moral que assolava a nação encorajava o caos que assolava suas cidades. Ele aconselhou Nixon que, além de esperar apoio da “maioria silenciosa” que responde aos seus apelos por “lei e ordem”, o presidente deveria promover uma aliança com o grupo de intelectuais liberais não tão silenciosos que escreviam para o *The Public Interest*. Esses pensadores, argumentou Moynihan, apoiavam os esforços de Nixon para reprimir os “revolucionários declarados” que semeavam a desordem na terra. Entre esses intelectuais, “há uma percepção crescente de quão frágil e vulnerável é uma sociedade livre, e de quanto cuidado é necessário para preservá-la.”<sup>1</sup> Incluído entre os intelectuais proeminentes que Moynihan contava como aliados de Nixon estava Norman Podhoretz, o editor de longa data da *Commentary*, outra revista crucial para a formação da persuasão neoconservadora. Como Kristol e os outros intelectuais de Nova York, Podhoretz cresceu no Brooklyn, criado por imigrantes judeus da classe trabalhadora.

Em contraste, no entanto, Podhoretz frequentou a Universidade de Columbia. Dez anos de Kristol júnior, ele estava entre a primeira geração de judeus da classe trabalhadora admitidos em escolas da Ivy League nos anos imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Depois de ser orientado em Columbia por Lionel Trilling, Podhoretz fez pós-graduação em crítica literária em Oxford. Mas ele passou a maior parte da década de 1950, além de uma breve passagem pelo Exército, ascendendo rapidamente na hierarquia intelectual de Nova York. Uma espécie de prodígio, em 1960 ele foi nomeado editor-chefe da *Commentary*, cargo que ocupou até 1995. Sob a proeza editorial de Podhoretz, a pequena publicação judaica rapidamente se tornou uma das revistas mais emocionantes e, eventualmente, influentes dos Estados Unidos. Na década de 1970, Podhoretz se juntou a Kristol como uma das principais referências do movimento intelectual conservador. Mas para chegar a esse destino final, os dois percorreram caminhos um tanto diferentes. Ao contrário da geração Alcove No. 1, Podhoretz nunca foi um trotskista. Ele se posicionou como um liberal da Guerra Fria durante a maior parte dos anos 1950, mas, em contraste com o foco dos antigos trotskistas, o anticomunismo ainda não era sua principal preocupação naquela época. Talvez por essa razão, Podhoretz estivesse mais aberto às ideias da Nova Esquerda que surgiram no início dos anos 1960.

Depois de assumir a posição de editor no *Commentary*, o primeiro movimento de Podhoretz foi publicar *Growing Up Absurd*, de Paul Goodman, em três partes. Sinalizando a direção que a revista tomaria durante os anos 60, Podhoretz também apresentou escritores prototípicos da Nova Esquerda, como Norman Brown e Norman Mailer, este último dos quais Podhoretz considerou um amigo próximo, pelo menos por um curto período. Podhoretz alegou que nunca foi um New Leftist. Mas, no mínimo, ele era um companheiro de viagem, evidenciado não apenas por aqueles com quem ele se associava e publicava, mas também por seus editoriais no *Commentary*. Em um desses ensaios, ele acusou Lyndon Johnson de fabricar a crise do Golfo de Tonkin.<sup>2</sup> Como o de Moynihan, a ruptura de Podhoretz com a esquerda foi motivada em parte por fatores pessoais.

E como Kristol, Podhoretz deu sinais precoces de que tal ruptura estava chegando. Em 1963, ele escreveu um ensaio para o *Commentary*, “My Negro Problem—and Ours”, que gerou burburinho entre os literatos por sua admissão honesta de que a maioria dos brancos, até mesmo os liberais, eram

“distorcidos e doentes em seus sentimentos sobre os negros”. Em uma conversa com James Baldwin, que convenceu Podhoretz a escrever “My Negro Problem”, Podhoretz disse que estava cansado dos argumentos negros para tratamento especial, dado que os judeus nunca receberam tal tratamento e ainda assim conseguiram superar a discriminação passada. Ele apontou para suas memórias de infância das crianças negras em seu bairro do Brooklyn: em vez de se concentrarem em seus estudos como ele e seus amigos judeus faziam, eles vagavam pelas ruas aterrorizando Podhoretz e as outras crianças brancas. Ao escrever este artigo, Podhoretz alegou que sua intenção era meramente demonstrar as dificuldades apresentadas pela integração racial. Mas muitos leitores interpretaram de forma diferente. Stokely Carmichael, nunca alguém que mede palavras, proclamou Podhoretz, simplesmente, um “racista”.<sup>21</sup> Poucos anos depois, Podhoretz foi mais uma vez envolvido em uma confusão literária com a publicação de *Making It*, seu livro de memórias confessionais de 1967 que sem dúvida se destaca como sua realização literária mais duradoura. Naquele livro, Podhoretz argumentava “que é impossível crescer na América sem acreditar que o objetivo da vida é ser um Sucesso”. Mais controversamente, ele escreveu que “também é impossível crescer na América sem acreditar que o Sucesso requer, e revela, uma corrupção radical do espírito”. *Making It*, em suma, lançou uma luz sobre o pequeno segredo sujo dos intelectuais de Nova York: ambição, mais do que atenção a princípios estéticos mais elevados, é o que lhes rendeu sua proeminência. Embora

A representação de intelectuais esforçados por Podhoretz era principalmente autobiográfica e, embora ele tivesse passado a acreditar que a ambição era necessária, talvez até boa, os intelectuais de Nova York que ele implicou, seja pelo nome ou por insinuação, reagiram com raiva. A crítica mordaz de Mailer sobre *Making It*, por exemplo, pareceu a Podhoretz como “um ato de fratricídio”. Em uma entrevista de 1969, Podhoretz atribuiu essa resposta hostil ao argumento do livro de que “é possível viver uma vida razoavelmente decente e manter a integridade moral, intelectual e espiritual dentro da sociedade americana sem se tornar um revolucionário”. Tal ideia, naquela época, era “uma espécie de blasfêmia”.<sup>22</sup> Após *Making It*, Podhoretz se distanciou da vida intelectual de Nova York, onde se tornou persona non grata. Ele até fez um hiato do *Commentary*. Durante esse interlúdio, ele teve o que mais tarde descreveu em termos religiosos como uma experiência de conversão.

Quando retornou à sua mesa editorial em 1970, Podhoretz era um neoconservador assumido. Ele começou seriamente uma ofensiva ideológica contra a Nova Esquerda, a contracultura e tudo o que ele considerava subversivo sobre os anos 60. Em um de seus primeiros editoriais pós-conversão, Podhoretz argumentou que a lição a aprender com os anos 60 era que o otimismo político inebriante era mais prejudicial do que o pessimismo que havia permeado os anos 50. Ele também racionalizou suas próprias peregrinações políticas alegando que ele e os intelectuais de Nova York chegaram às suas várias posições, incluindo o radicalismo, “pela rota das ideias”, em oposição à maioria dos novos esquerdistas, que seguiram “a rota da queixa pessoal”. Podhoretz e os neoconservadores presumiram que suas pistas políticas eram abstratas, impessoais e objetivas. Em contraste, os novos esquerdistas —

estudantes radicais, feministas e militantes negros — responderam a um conjunto de sinais particulares, pessoais e subjetivos.<sup>23</sup> Podhoretz achava que nada menos que a alma da América estava em jogo em sua campanha para acabar com a influência indevida da Nova Esquerda.

Kristol acreditava, de forma semelhante, que estava vivendo em um momento perigoso: cada pergunta, não importa quão pequena, exigia grandes respostas; cada debate, não importa quão provinciano, apelava



para crenças fundamentais. Kristol aproveitou a ocasião de um artigo de comentário de 1970, "Urban Civilization and Its Discontents", nominalmente sobre a agitação que se espalhava como um incêndio nas cidades americanas, para marcar um ponto muito maior. Ele argumentou que se a cidadania americana "se comportava como uma multidão urbana burguesa" era porque o sistema de crenças contraculturais não tinha as qualidades do autogoverno republicano: "firmeza de caráter, deliberação de mente e uma leve predisposição para subordinar os próprios interesses especiais ao interesse público". A elegia de Kristol para as virtudes republicanas de r minúsculo, em outras palavras, dobrou como um resumo contra os costumes contraculturais que prevaleciam em grande parte da cultura. A contracultura, ele acreditava, estava fazendo o que podia para destruir a ética de trabalho protestante que sustentava a ordem social democrática. A "Consciência III" de Charles Reich, viva e bem, ameaçava a nação que os neoconservadores passaram a amar.<sup>2</sup> "Se há algo sobre o qual os neoconservadores são unânimes", escreveu Kristol, "é sua aversão à 'contracultura' que desempenhou um papel tão notável na vida americana nos últimos quinze anos". Isso certamente foi verdade para Podhoretz, cuja ruptura com a Nova Esquerda o libertou para explorar sua antiga, porém latente, aversão aos valores contraculturais, revelada pela primeira vez em 1958, quando ele escreveu um ensaio mordaz na Partisan Review sobre os Beats intitulado "The Know Nothing Bohemians". O jovem Podhoretz achava que "a adoração da geração Beat ao primitivismo e à espontaneidade" revelava um irracionalismo perigoso; a gramática torturada dos Beats implicava um desejo secreto de "matar aqueles personagens incompreensíveis que são capazes de se envolver seriamente com uma mulher, um trabalho, uma causa". Já em 1958, Podhoretz se preocupava com os efeitos perniciosos de um antinomianismo que desprezava os compromissos tradicionais americanos. Essas preocupações cresceram aos trancos e barrancos depois que ele se mudou para a direita política.<sup>2</sup> No início da década de 1970, Podhoretz havia declarado guerra ideológica contra aqueles que haviam assumido a causa dos Beats, aqueles novos esquerdistas e entusiastas da contracultura que lançavam os valores americanos da classe média "em termos que são

encharcados em um desprezo arrogante pelas vidas de milhões e milhões de pessoas." "Eles não estão expressando", Podhoretz perguntou, "o anseio de não ser americanos?" Ele e seus companheiros neoconservadores não conseguiam simpatizar com pessoas que odiavam um país que lhes dera tantas oportunidades. Onde mais os judeus de origens da classe trabalhadora poderiam alcançar tanto, eles se perguntavam. Ao tentar explicar uma atitude que lhes parecia quase inexplicável, os neoconservadores desenvolveram uma teoria persuasiva sobre uma "nova classe" de pessoas poderosas cujos interesses coletivos eram hostis à América tradicional. Eles inovaram essa teoria ao reformular um discurso dissidente soviético mais antigo fundado pelo anarquista do século XIX Mikhail Bakunin, a quem a esquerda anti-stalinista considerou um profeta por antecipar que a "ditadura do proletariado" de Marx se transformaria no "tipo de governo mais angustiante, ofensivo e desprezível do mundo". O pensamento da "nova classe" ganhou um público maior nos Estados Unidos após a publicação do livro *The New Class*, do dissidente iugoslavo Milovan Djilas, de 1957, que postulava que a elite comunista ganhava poder por meio da aquisição de conhecimento, em oposição à aquisição de propriedade.<sup>2</sup> Os neoconservadores, muitos deles ex-esquerdistas anti-stalinistas, acharam o pensamento da "nova classe" que migrou do mundo comunista convincente. No entanto, mais central para sua análise de uma "nova classe" americana foi o famoso exame de Lionel Trilling sobre a revolta de vanguarda contra a sociedade burguesa, o que Trilling chamou de "cultura adversária". Os artistas modernistas tinham

desafiaram por muito tempo as normas burguesas convencionais. Tal atitude adversária, Trilling observou, foi a premissa sobre a qual o modernismo foi fundado. Mas durante a maior parte de sua história, o modernismo encontrou refúgio do filisteísmo nos enclaves protetores da boêmia. Os modernistas não tentaram originalmente converter a sociedade burguesa; em vez disso, eles se isolaram dela. Nos anos 60, no entanto, a boêmia chegou às massas; a cultura adversária havia deslizado para o mainstream da cultura americana tradicional. A teoria de Trilling sobre a popularização da "cultura adversária" — uma denominação que passou a ser usada de forma intercambiável com "a nova classe" — foi uma ferramenta poderosa para entender a virada antiamericana tomada por aqueles na academia, mídia, belas-artes, fundações e até mesmo alguns reinos do governo, como o bem-estar social e agências reguladoras. Também se tornou a explicação neoconservadora padrão para as guerras culturais que surgiram daquela década polarizadora. Um memorando de Moynihan de 1970 para Nixon exemplificou essa estrutura: "Sem dúvida, há uma luta acontecendo neste país do tipo que os alemães costumavam chamar de Kulturkampf. A cultura adversária que domina quase todos os canais de transferência de informações e formação de opinião nunca foi tão forte e, pelo que posso dizer, quase silenciou os representantes da América tradicional."<sup>2</sup> Os neoconservadores, é claro, não foram os primeiros americanos a agredir verbalmente os intelectuais. Como o livro de Richard Hofstadter, vencedor do Prêmio Pulitzer de 1964, *Antiintellectualismo na Vida Americana*, deixou bem claro, a animosidade direcionada aos intelectuais não era nova. De fato, a ambígua "nova classe" tinha alguma semelhança com o igualmente amorfo "estabelecimento liberal" desprezado por gente como Joe McCarthy. No período pós-guerra, um número crescente de intelectuais conservadores, liderados por William Buckley Jr., editor fundador da *National Review*, se uniram para formar o que Sidney Blumenthal chamou de "contra-estabelecimento". Buckley e seus colegas contra-intelectuais fizeram carreira criticando intelectuais bem antes de Kristol e Podhoretz tomarem suas fatídicas guinadas para a direita. O tratado de Buckley de 1950 contra os professores de Yale, *God and Man at Yale*, foi uma lamentação sobre os professores que subverteram o currículo para seus fins "secularistas e coletivistas". Buckley, sempre humorista, apimentou seus ensaios com deliciosas réplicas anti-intelectuais. "Prefiro confiar o governo dos Estados Unidos", ele gracejou, "às primeiras 400 pessoas listadas na lista telefônica de Boston do que ao corpo docente da Universidade de Harvard".<sup>2</sup> Onde o pensamento da "nova classe" diferia das correntes anteriores do antiintellectualismo conservador era na forma como os neoconservadores o formulavam especificamente para a tarefa de entender a Nova Esquerda. Intelectuais da direita mais antiga, em contraste, nunca trabalharam para entrar na mente da Nova Esquerda. Mais comumente, eles entendiam a Nova Esquerda simplesmente como o liberalismo seguido até sua conclusão lógica. Russell Kirk, o colunista regular de educação da *National Review* e fundador do periódico tradicionalista *Modern Age*, até admitiu sentimentos de *schadenfreude* quando os novos esquerdistas confrontaram com raiva os liberais que supervisionavam "o que é tola e chamado de ensino superior na América". Kirk entendeu a tentativa da Nova Esquerda de tomar o controle da universidade como um comportamento consistente com a filosofia liberal reinante de John Dewey — uma filosofia que Kirk passou a maior parte de sua vida criticando. Como ele escreveu em 1955: "A busca pelo poder e a gratificação da concupiscência são as ocupações lógicas do homem racional em um mundo que é meramente humano e meramente natural". Kirk não procurou separar o pensamento da Nova Esquerda do

liberalismo relativista que o precedeu porque, despojado de Deus, nenhum dos dois era resgatável; nem os liberais nem seus primos próximos da Nova Esquerda podiam se abster da busca pelo poder humano sem as restrições tradicionais impostas pela hierarquia religiosamente ordenada.<sup>2</sup> Ao contrário dos pensadores conservadores tradicionalistas que confundiam o liberalismo com a Nova Esquerda, os neoconservadores acreditavam que a Nova Esquerda havia infectado a cultura intelectual liberal que eles amavam. O fato de eles terem detectado tal mudança foi uma das razões centrais para sua conversão política; foi uma das principais razões pelas quais os neoconservadores se mostraram tão úteis ao moderno movimento conservador americano. Assim, a textura do antiintelectualismo pós-anos 60 foi melhor revelada nos escritos neoconservadores, mesmo na ficção. No romance de 1969 *Planeta do Sr. Sammler* — o romance neoconservador por excelência — Saul Bellow desenhou um retrato do tipo de “nova classe” distinto das caricaturas antiintelectuais mais antigas. Na cena de abertura, Artur Sammler reclama que “o homem intelectual se tornou uma criatura explicativa. Pais para filhos, esposas para maridos, palestrantes para ouvintes, especialistas para leigos, colegas para colegas, médicos para pacientes, homem para sua própria alma explicada.” Apesar de ser ele mesmo um explicador, Sammler é alienado porque acredita que a maioria das explicações contradiz o “conhecimento natural” inato à alma humana. Divertir-se com a “Coruja de Minerva” de Hegel, que só levanta voo após uma referência à alegoria de Hegel sobre a filosofia ser revelada somente após os fenômenos — Sammler diz que a alma repousa “infelizmente em superestruturas de explicação, pobre pássaro, sem saber para onde voar”. Lamentando que os intelectuais cada vez mais dedicassem seu trabalho a racionalizar o mau comportamento, Sammler oferece uma crítica velada ao ethos de libertação dos anos 60: “O trabalho do puritanismo estava agora terminando, os moinhos satânicos escuros se transformando em moinhos satânicos leves. Os réprobos convertidos em filhos da alegria, os costumes sexuais do serralho e do mato do Congo adotados pelas massas emancipadas de Nova York, Amsterdã, Londres.”<sup>3</sup> Ao se posicionarem contra os costumes intelectuais contemporâneos, Bellow e os neoconservadores se alinharam às sensibilidades mais autênticas dos americanos comuns. Em outras palavras, a mente neoconservadora era a intelectualização do ethos da classe trabalhadora branca. Como disse um escritor de *Comentário*: “Três trabalhadores discursando sobre assuntos públicos em um bar talvez demonstrem mais clareza, astúcia e bom senso” do que um representante da “nova classe” com suas “pesadas dissertações”. Dessa forma, os neoconservadores elaboraram o populismo conservador bruto das campanhas presidenciais de George Wallace. Eles deram expressão teórica às eviscerações coloquiais de Spiro Agnew sobre os “nababos tagarelas da negatividade”. Mais importante, eles ajudaram a dar sentido ao fato aparentemente incongruente de que alguns dos cidadãos mais privilegiados da nação dobravam como seus mais adversários. Essas eram as pessoas que o intelectual católico e neoconservador iniciante Michael Novak rotulou de “Sabe-tudo”: “profissionais afluentes, seculares em seus valores, gostos e iniciativas, indiferentes ou hostis à família, equipados com pós-graduações, segurança econômica e poder cultural”.<sup>31</sup> Deve-se notar que o pensamento da “nova classe” era frequentemente uma ferramenta mais adequada para polêmicas neoconservadoras do que para análises precisas. Em uma série de “retratos de tipos de personagens familiares” que ela escreveu para o *Commentary* no início dos anos 1970, Dorothy Rabinowitz construiu caricaturas da “nova classe” construídas sobre um edifício frágil de reducionismo psicológico. Por exemplo, o “professor radicalizado” de Rabinowitz ficou assim porque sentiu a picada da ansiedade de status: sua profissão escolhida não acumulou o

recompensas sociais às quais ele acreditava ter direito. Esse ressentimento foi então transferido para simpatia por "pessoas negras e do Terceiro Mundo" e outros com melhores motivos para se ressentir. Rabinowitz zombou da incapacidade do professor radical de distinguir o certo do errado, mesmo nas tarefas mais básicas exigidas de seu trabalho. "Solicitada a selecionar a literatura mais emocionante que conhece para cursos introdutórios de faculdade", ela criticou, "ele seleciona literatura negra. (Ele está animado que os negros podem realmente escrever livros.) O refluxo anônimo de uma vasta literatura ocidental nunca o entusiasmou tanto." Rabinowitz satirizou os professores da "nova classe" por substituírem os clássicos atemporais da civilização ocidental por literatura au courant — obras que ela considerou notáveis não por sua excelência, mas apenas como prova da irreverência do professor radicalizado.<sup>32</sup> Polêmicas contra a "nova classe" atingiram níveis ainda maiores de hipérbole quando o assunto foi a guinada à esquerda tomada nos anos 60 pela New York Review of Books. Aquela revista em particular irritou os neoconservadores não apenas porque se tornou um veículo de "anti-americanismo" — tornando ainda mais necessário que a Commentary se tornasse um instrumento, nas palavras de Podhoretz, de "anti-anti-americanismo" — mas também porque era lida muito mais amplamente do que suas revistas. O grupo de escritores da New York Review de fato incluía alguns dos críticos mais mordazes dos Estados Unidos, como Noam Chomsky, Christopher Lasch, Mary McCarthy e IF Stone. A capa da edição de agosto de 1967, publicada após os grandes tumultos que trouxeram morte e destruição às ruas de Detroit e Newark, apresentava um diagrama infame de como fabricar um coquetel molotov. Naquela edição, Andrew Kopkind comparou a filosofia não violenta de Martin Luther King Jr. desfavoravelmente às teorias mais violentas de revolução de Malcolm X e Frantz Fanon, escrevendo: "A moral, como a política, começa no cano de uma arma." Um crítico do Commentary descreveu essa linha como "talvez a frase mais ofensiva e ofensiva que já apareceu na The New York Review".<sup>33</sup> Além de seus usos polêmicos, a teorização da "nova classe" era crível porque era baseada em sociologia plausível. Tome os acadêmicos como um estudo de caso. Nos anos 60, o sistema de credenciais universitárias havia se tornado a principal porta de entrada para o mundo profissional, um mecanismo de classificação para a hierarquia de colarinho branco. Nesse sentido, o ressentimento de classe direcionado aos acadêmicos fazia sentido, de uma forma equivocada, já que eles de fato detinham as alavancas para o sucesso econômico futuro de qualquer indivíduo. O número de membros do corpo docente nos Estados Unidos aumentou de 48.000 em 1920 para mais de 600.000 em 1972. Como essa crescente legião de acadêmicos tendia a pender para a esquerda em suas políticas, particularmente nas humanidades e ciências sociais, onde os debates sobre a promessa da América moldavam o currículo, a afirmação de Podhoretz de que "milhões e milhões de jovens começaram a ser expostos a — pode-se até dizer doutrinados em — a cultura adversária dos intelectuais" não parecia tão exagerada.<sup>34</sup> O intelectual que melhor elaborou as ansiedades neoconservadoras sobre a trajetória do ensino superior foi Nathan Glazer, outro produto do Alcove No. 1 do CCNY. Em 1964, Glazer assumiu uma posição no departamento de sociologia da Universidade da Califórnia. Lecionar no campus de Berkeley o posicionou perfeitamente para observar a radicalização do movimento estudantil, do Movimento pela Liberdade de Expressão de 1964 ao movimento antiguerra do final dos anos 60. Em 1969, Glazer argumentou que os protestos estudantis ameaçavam as liberdades que historicamente prosperaram nas universidades. "A ameaça à liberdade de expressão, ao ensino livre, à pesquisa livre", alertou Glazer,

“vem de estudantes brancos radicais, de estudantes negros militantes e de seus defensores do corpo docente.” Glazer simpatizava com algumas das causas defendidas pelos estudantes.

Ele criticou a Guerra do Vietnã desde o início. Mas Glazer acreditava que a universidade deveria ser poupada de sua ira destrutiva porque ela "incorpora valores que transcendem as características dadas de uma sociedade ou os desastres específicos de uma administração". Glazer nunca se tornou um neoconservador completo: ao contrário de Kristol e Podhoretz, ele continuou votando no Partido Democrata. Mas as ações dos radicais do campus dissolveram sua relutância em admitir que havia se tornado mais conservador. Como Glazer escreveu em um artigo do *Commentary* de 1970 que explicava sua "desradicalização": "Eu argumentei desde o início que as novas táticas, a nova violência da linguagem e a nova alegria no confronto e no combate político continham mais uma ameaça ao que permanecia valioso dentro das universidades do que uma esperança de mudá-las ou de mudar a política pública".<sup>3</sup> Para Glazer e os neoconservadores, a universidade americana representava tudo o que eles valorizavam sobre a sociedade americana: além de ser um fórum para investigação livre, era um caldeirão meritocrático onde pessoas inteligentes, até mesmo judeus da classe trabalhadora, podiam prosperar. Um ataque à universidade era um ataque a eles. Por essa razão, as revoltas estudantis sem dúvida fizeram mais do que qualquer outra questão para galvanizar os intelectuais anteriormente liberais contra a Nova Esquerda. Uma série de neoconservadores, incluindo Glazer, Kristol, Bell, o filósofo Sidney Hook e o sociólogo Seymour Martin Lipset, escreveram ou editaram livros sobre “anarquia acadêmica” e a “rebelião na universidade”.

Em seu discurso de formatura da Universidade de Columbia em 1968, feito minutos depois de várias centenas de estudantes radicais terem feito uma greve, Richard Hofstadter pregou que "imaginar que a melhor maneira de mudar uma ordem social é começar atacando seus centros mais acessíveis de pensamento, estudo e crítica não é apenas mostrar um completo desrespeito ao caráter intrínseco da universidade, mas também desenvolver uma estratégia curiosamente autodestrutiva para a mudança social". O cientista político James Q. Wilson levou esse argumento um passo teórico adiante em um artigo do *Commentary* de 1972, onde ele argumentou que o ensino superior estava cavando a cova do liberalismo por ser muito aberto à cultura adversária que havia se enraizado em seus corredores sagrados. "A liberdade não pode existir fora de algum sistema de ordem, mas nenhum sistema de ordem é imune a ataques intelectuais". Ao emitir um aviso ameaçador de que “os laços de civilidade dos quais depende a manutenção da sociedade são mais frágeis do que frequentemente admitimos”, Wilson deu a entender que os Estados Unidos manifestavam condições precariamente semelhantes às da Alemanha de Weimar, uma comparação especiosa que, no entanto, se tornou um mantra neoconservador.<sup>3</sup>

Em seu artigo de comentário, Wilson listou uma série de mudanças no ensino superior das quais ele não gostava, incluindo a controversa “adoção de sistemas de cotas para reduzir a admissão de certos tipos de alunos ou aumentar a admissão de outros tipos”.

Os neoconservadores foram os primeiros e mais veementes críticos das cotas raciais, adotadas por muitas universidades nos anos 60 como uma forma de cumprir a Ordem Executiva 11246 do Presidente Johnson, que determinava que a “igualdade como um fato” exigia ação afirmativa.

Em 1968, o cientista político John Bunzel escreveu um artigo crítico para o *The Public Interest* sobre o programa de estudos negros recém-formado no San Francisco State College, onde ele lecionava. Bunzel temia que os estudos negros intensificassem as tendências de pensamento de grupo que ele acreditava serem inerentes ao Black Power e outros movimentos baseados em identidade e que isso “substituiria propaganda por omissão”, “novos mitos por velhas mentiras”. Mas para

Bunzel, a pior ideia apresentada pelos estudos negros era que altos padrões codificavam a discriminação racial e, portanto, precisariam ser revisados ou completamente descartados. Essa premissa funcionava em dois níveis. Primeiro, os estudiosos dos estudos negros acreditavam que seu conhecimento deveria ser criado do zero para desfazer a reprodução acadêmica de normas racistas.

Assim, eles evitaram notas de rodapé, revisão por pares e outras práticas tradicionais que, para Bunzel, garantiam padrões de excelência acadêmica. Segundo, os defensores dos estudos negros desejavam cotas de admissão para garantir que a maioria dos alunos que se formaram em estudos negros fossem de fato negros. Nathan Hare, o primeiro diretor do programa do San Francisco State College, até argumentou que os candidatos à faculdade deveriam fornecer fotos. "De que outra forma", ele perguntou, "iríamos identificar os negros?" Em resposta a esse raciocínio, Bunzel fez uma pergunta própria, exemplar da retórica "daltônica" que moldou a crítica conservadora da ação afirmativa: "A cor é o teste de competência?"<sup>3</sup> As cotas foram formativas para o pensamento neoconservador porque criaram uma cunha entre judeus e negros, uma aliança interétnica que ajudou a consolidar a poderosa coalizão do New Deal que dominou a política democrata e nacional desde a década de 1930. Claro que os neoconservadores normalmente apresentavam seus argumentos contra as cotas em termos não étnicos e não raciais. Podhoretz, falando como um americano abstrato, sustentou que as cotas fundamentalmente anularam o "princípio básico do sistema americano", de que o indivíduo é o principal "sujeito e objeto de toda lei, política e pensamento".

O ponto de Podhoretz ignorou deliberadamente que judeus apenas dez anos mais velhos, incluindo Kristol, não puderam frequentar as universidades da Ivy League devido às cotas antijudaicas. Earl Raab ofereceu uma defesa menos atemporal e mais precisa do mérito individual quando escreveu

que as quotas reverteram a "ascensão americana do estatuto alcançado sobre o estatuto atribuído".

Mas além de apelos a conceitos amplamente aplicáveis como mérito individual, sejam eles historicamente precisos ou não, os neoconservadores também fizeram seu caso contra cotas com base nos interesses particulares dos judeus americanos. Em seu artigo de 1968 "The New Racism,"

Moynihan, como católico, abordou essa questão de maneiras que seus amigos intelectuais judeus de mentalidade semelhante não conseguiram. "Deixe-me ser direto", declarou Moynihan. "Se cotas étnicas forem impostas às universidades americanas e instituições quase públicas semelhantes, serão os judeus que serão quase expulsos. Eles não são três por cento da população." Em outras palavras, desde o fim do antigo sistema de cotas que protegia o privilégio WASP, os judeus fizeram avanços notáveis, especialmente no ensino superior e nas profissões que exigiam diplomas avançados — avanços desproporcionais aos seus números gerais. Como resultado, Moynihan e outros neoconservadores raciocinaram que políticas baseadas em raça e etnia, particularmente cotas proporcionais, só prejudicariam os judeus.<sup>3</sup> Além de se preocuparem com o fato de que as cotas limitariam a capacidade dos judeus de melhorar seu status, os neoconservadores também se preocupavam que o próprio debate estivesse levantando o espectro do antisemitismo. Como o editor colaborador do Commentary, Milton Himmelfarb, disse em 1969, "Ao ouvir algumas pessoas falando hoje em dia, alguém poderia pensar que o princípio do mérito é uma conspiração judaica". Dado que os judeus estavam subindo a escada social americana do pós-guerra com velocidade notável, e dado que tais oportunidades eram supostamente concedidas àqueles que as mereciam — àqueles que dominavam um conjunto de padrões aparentemente objetivos — quando os teóricos do Black Power reduziram tais padrões a expressões de racismo institucional, pessoas de ambos os lados do debate sobre cotas tiraram conclusões sinistras. "Os judeus passaram a ser identificados

como os americanos por excelência”, observou Podhoretz. “Os judeus passaram a ser considerados a burguesia 'echt' (pura), a mais americana dos americanos, a mais classe média da classe média, a mais suburbana das suburbanas, aqueles que conseguiram.

Se você odeia a classe média americana e acredita que é isso que os judeus são, obviamente você vai achar que os judeus fedem.” Como era seu estilo, Podhoretz exagerou o caso. A maioria dos americanos não confundia os judeus americanos com algo tão específico quanto a classe média.

Mesmo nos anos 60, quando a retórica política americana estava mais quente do que o normal, o antissemitismo funcionou como sempre, consistente com a metáfora adequada do historiador Stephen Whitfield, "o cachorro que não latia". No entanto, dadas as greves polarizadoras de professores que dominaram as manchetes da cidade de Nova York no final dos anos 60 — a crise Ocean Hill–Brownsville que trouxe as tensões entre negros e judeus à tona com força total — Podhoretz e os neoconservadores podem ser um pouco perdoados por seus enfeites sobre o antissemitismo.<sup>3</sup> No centro da crise Ocean Hill–Brownsville estava Albert Shanker, o antigo chefe da Federação Unida de Professores da Cidade de Nova York (UFT) e da Federação Americana de Professores (AFT), que viria a ser considerado um neoconservador apesar de ser um sindicalista e social-democrata ao longo da vida. Shanker foi sem dúvida o líder educacional mais polarizador da história dos EUA, um legado conflituoso evidente no fato de que ele foi satirizado no filme *Sleeper* de Woody Allen de 1973, como o homem que explodiu o mundo, nada menos, e postumamente premiado com a Medalha da Liberdade pelo presidente Bill Clinton. Quando Shanker infamemente liderou a UFT em três greves de professores separadas no outono de 1968, ele estava defendendo não apenas os membros de seu sindicato, mas também um sistema de padrões que ele acreditava ser meritocrático. Nisso, suas ações foram consistentes com

argumentos neoconservadores contra cotas, pelo menos aqueles do tipo abstrato. Mas a dinâmica racial da crise de Ocean Hill–Brownsville turvou as águas do raciocínio universalista de Shanker. Shanker e muitos dos professores sindicalizados para os quais ele trabalhava eram judeus; aqueles que se opunham a eles eram negros ou aliados do movimento Black Power. Em 1967, cidadãos negros no bairro de Ocean Hill–Brownsville, no Brooklyn, com apoio político e financeiro de uma série de liberais brancos e novos esquerdistas — incluindo o prefeito John Lindsay, o presidente da Fundação Ford McGeorge Bundy, Paul Goodman e os conselhos editoriais do New York Times e da New York Review of Books — empreenderam um experimento controverso no controle comunitário de suas escolas.

Os ativistas de Ocean Hill–Brownsville, influenciados pelas teorias do Black Power de Malcolm X, Stokely Carmichael, Charles Hamilton e Harold Cruse, acreditavam que suas escolas estavam falhando em grande parte por causa do racismo embutido nas instituições educacionais da cidade. Esse racismo institucional era evidente não apenas nas disparidades de recursos, que de fato estavam se nivelando como resultado do aumento do apoio federal sob a égide da Grande Sociedade de Johnson. Os organizadores de Ocean Hill–Brownsville também apontaram para o racismo da força de ensino. Nisso eles não estavam sozinhos. O respeitado psicólogo liberal Kenneth Clark, cujo famoso “estudo da boneca” influenciou a decisão da Suprema Corte de 1954 no caso *Brown v. Board of Education* ao demonstrar os efeitos prejudiciais que a segregação teve nas psiques das crianças negras, escreveu em seu livro *Dark Ghetto* de 1965 que as crianças negras “não estão sendo ensinadas porque aqueles que são encarregados da responsabilidade de ensiná-las não acreditam que elas podem aprender, não esperam que elas possam aprender e não agem em relação a elas de maneiras que as ajudem a aprender”. Até Shanker admitiu que a base da UFT era

racistas em vários graus. Dado isso, os controladores comunitários contrataram professores negros para substituir professores predominantemente brancos, sob a justificativa de que, diferentemente de seus colegas brancos, eles não presumiriam que alunos negros eram incapazes de realização acadêmica.<sup>1</sup> Para Shanker e o sindicato, se os professores negros atenderiam melhor os alunos negros era menos importante do que o fato de que o controle comunitário infringia um contrato negociado coletivamente, pelo qual os professores eram contratados e promovidos de acordo com um conjunto de testes padronizados que eles faziam em vários pontos ao longo de suas carreiras.

Quanto melhores os educadores pontuavam nesses exames, mais segurança no emprego eles obtinham e mais rápido suas carreiras avançavam. O sistema de mérito dos professores da cidade de Nova York, que Shanker e os membros da UFT acreditavam ser objetivo e, portanto, meritocrático, geralmente servia bem aos brancos, especialmente aos judeus, que compunham a maioria do sindicato. Mas muitas vezes deixava os professores negros para trás. Assim, como parte de suas prerrogativas de controle comunitário, os ativistas de Ocean Hill–Brownsville violaram os termos do contrato da UFT e demitiram vários professores brancos, substituindo-os por professores negros e brancos não sindicalizados que estavam comprometidos com os princípios do controle comunitário. Essa mudança, previsivelmente, trouxe a ira do poderoso e astuto Shanker, que, graças à solidariedade sindical, derrotou decisivamente os controladores comunitários de Ocean Hill–Brownsville. Quando cinquenta e quatro mil dos cinquenta e sete mil professores nas escolas públicas da cidade de Nova York entraram em greve como resposta à decisão do conselho comunitário de Ocean Hill–Brownsville de demitir professores sindicalizados, não uma, não duas, mas três vezes, Shanker e a UFT colocaram o prefeito Lindsay de joelhos. Em 1970, o controle da comunidade negra estava morto na cidade de Nova York.<sup>2</sup> A crise de Ocean Hill–Brownsville destruiu uma afinidade entre judeus e negros que havia formado a base do cosmopolitismo do século XX da cidade de Nova York.

Antes da batalha pelo controle da comunidade, a abordagem pedagógica oficial da UFT refletia o pluralismo cultural moderado do liberalismo da Guerra Fria, melhor expresso pelo célebre livro de Glazer e Moynihan de 1963 sobre etnicidade, *Beyond the Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians, and Irish of New York City*. Em oposição às estratégias assimilacionistas mais coercitivas de educadores anteriores, os professores pluralistas seguiram as dicas de Glazer e Moynihan, que teorizaram que a consciência étnica era uma forma social duradoura. A UFT gentilmente cutucou os professores para reconhecer a etnicidade em seus currículos, desde que também ensinassem os alunos a valorizar a realização individual e a coesão nacional.

Esta versão liberal do pluralismo da Guerra Fria era mais suave do que aquela promovida por pensadores pluralistas da Era Progressista, como Herbert Croly, Randolph Bourne, Horace Kallen e Alain Locke, que havia abraçado militantemente a diversidade étnica diante de um americanismo repressivo que Croly descreveu como uma “homogeneidade instintiva”. Esses pluralistas anteriores esperavam que os interesses de vários grupos étnicos, mesmo quando incompatíveis, iriam, ao contrário da sabedoria convencional sobre a unidade nacional, ajudar a preservar um tecido nacional durável na medida em que houvesse força na diversidade. Pluralistas liberais da Guerra Fria como Glazer e Moynihan reverteram essa fórmula. Eles postularam que o reconhecimento da diferença étnica, não importa quão duradoura, era politicamente possível apenas sob o guarda-chuva de uma identidade nacional musculosa.<sup>3</sup> Os ativistas de controle comunitário de Ocean Hill–Brownsville falharam em encontrar valor em pedagogias pluralistas que se conformavam a uma identidade americana normativa.

Reproduzir bons americanos não era sua prioridade. Durante a curta era de controle comunitário, um professor branco de estudos sociais foi censurado pela Ocean Hill–Brownsville



conselho por instruir seus alunos de que a moderação era a abordagem superior às relações raciais, uma filosofia que ele transportou para sua sala de aula com perguntas de discussão importantes, como "Por que a chave para a paz e a felicidade é encontrada na observação da moderação nas coisas?" A maior reclamação que os ativistas do Black Power fizeram contra o currículo pluralista moderado foi que ele tratava a história afro-americana de forma semelhante à história dos grupos étnicos europeus, a implicação sendo que se irlandeses, italianos e judeus americanos podiam prosperar superando a discriminação, então os negros americanos também poderiam. Essas interpretações raciais dissonantes deixaram os dois lados em um impasse. Isso, por sua vez, levou a um aumento na retórica incendiária, parte da qual negociava com estereótipos antissemitas feios. Um professor negro supostamente escreveu um poema vil sobre Shanker: "Ei, garoto judeu, com esse quipá na cabeça, seu garoto judeu de rosto pálido, eu queria que você estivesse morto." Uma carta endereçada aos "cambistas" da UFT os indiciava "pelo sério atraso educacional de nossas crianças negras". Embora a carta não tenha sido assinada, Shanker distribuiu meio milhão de cópias dela para ajudar a desacreditar o projeto de controle comunitário, uma tática que se mostrou altamente bem-sucedida. Os neoconservadores presumiram o pior sobre o movimento Black Power. Quando os militantes negros começaram a citar regularmente Israel entre as nações agressoras coloniais às quais se opunham, os neoconservadores acreditaram que o antissemitismo era o fator motivador, aparentemente confirmado por Stokely Carmichael quando ele proclamou:

"O único bom sionista é um sionista morto." Mais confuso para os neoconservadores era que tantos intelectuais apoiavam tal preconceito. Glazer explicou a aparente ascensão do antissemitismo "como um elemento do niilismo enfurecido que tantos brancos e judeus os intelectuais encorajaram e apoiaram entre os negros." Podhoretz sustentou que os intelectuais apoiavam amplamente o controle comunitário, apesar de seus elementos indecorosos, simplesmente porque acreditavam que era a posição moralmente superior para assumir as relações raciais. O oficial da UFT Patrick Harnett, escrevendo no Village Voice, argumentou que os intelectuais do "meio da classe média alta" apoiavam o controle comunitário porque a raça era uma questão abstrata para aqueles que viviam "na Park Avenue" ou em "Connecticut

Shangri-La." "Todo mundo sabe", escreveu Harnett, com mais do que um toque de sarcasmo inteligente, "que o cavalheiro sulista dono de escravos era menos intolerante do que o branco não dono de escravos." Whitney Young, presidente da National Urban League, reforçou a noção de que os intelectuais pró-controle comunitário eram intolerantes de classe quando argumentou que o racismo era mais comum entre os "camponeses ricos" que compunham a UFT, os "brancos de classe baixa e média que acabaram de conseguir — que estão a uma geração da WPA e do bem-estar social — pessoas com rendas de classe média, mas não sustentadas por visões civilizadas, por experiências estéticas, culturais e educacionais." Claro, apesar do preconceito de classe, os debates sobre transporte e crime que crivaram a política nacional no início dos anos 1970 ilustraram que a análise de Young incluía alguns grãos de verdade — ou pelo menos que as políticas de raça e classe em exibição na crise Ocean Hill–Brownsville eram mais desconcertantes do que a maioria dos observadores contemporâneos percebeu. Em 1972, outra controvérsia envolvendo escolas públicas em outro bairro do Brooklyn deixou claro os parâmetros raciais e étnicos mutáveis da América pós-anos 60. Desta vez, a seção do Brooklyn em questão era Canarsie, um bairro majoritariamente judeu e italiano ao sul da maioria negra Ocean Hill–Brownsville. Os moradores de Canarsie boicotaram suas escolas públicas para protestar contra a dessegregação. Em um ato do que o historiador Jonathan Rieder

chama de “vingança branca adiada pela crise escolar de Nova York de 1968”, a UFT apoiou as ações dos moradores de Canarsie, revertendo convenientemente a posição do sindicato sobre o controle da comunidade. Um morador de Canarsie fervia com “os malditos liberais” que “gritaram junto com os negros em 1968 pelo controle da comunidade. Agora os brancos querem o que os negros têm”, ele continuou, “e vocês dizem que não podemos ter isso”. Onde Ocean Hill—

Os organizadores de Brownsville falharam, os manifestantes de Canarsie tiveram sucesso. O conselho municipal de educação cedeu às suas exigências e descartou seus planos de dessegregar as escolas de Canarsie. O drama dos americanos brancos resistindo à dessegregação foi representado repetidamente na década de 1970 em lutas sobre o transporte escolar em todo o país. O transporte escolar de alunos negros para escolas brancas, e vice-versa, tornou-se o principal mecanismo para dessegregar escolas no final dos anos 60. Em 1971, a Suprema Corte codificou essa ferramenta com sua decisão *Swann v. Charlotte-Mecklenburg Board of Education*, determinando que os tribunais federais estavam dentro de seus limites legais para exigir o transporte escolar. Mas enquanto os juízes consideravam o transporte escolar uma solução lógica para uma situação inconstitucional, a maioria dos cidadãos brancos do país, particularmente os afetados, o consideravam uma imposição irracional. Na eleição presidencial de 1972, o transporte escolar surgiu como um slogan da retórica política americana. Nixon em particular ganhou vantagem política ao apostar uma posição antibusing, que, combinada com a postura anticrime que tinha funcionado a seu favor desde a campanha de 1968, permitiu que ele alavancasse novas fissuras no Partido Democrata. Como Thomas e Mary Edsall argumentam, o busing "caiu como um machado no Partido Democrata, cortando conexões de longa data e criando um novo conjunto de alianças problemáticas: brancos, operários do norte com sulistas contra negros e liberais de classe média alta". O antibusing dessa forma desempenhou um papel importante na formação da Maioria Silenciosa que deu a Nixon uma maioria eleitoral tão enorme sobre McGovern. Não é de surpreender que os neoconservadores, que se alinharam com Nixon na maioria das questões domésticas, tinham muito a dizer sobre o busing. Em um artigo de comentário de 1972 — “O Busing é necessário?” — Glazer argumentou que escolas integradas eram uma má ideia quando a raça era a única consideração. “Integrar os brancos infelizes e geralmente de baixa renda do centro da cidade com os negros de baixa renda, particularmente em condições de ressentimento e conflito”, argumentou Glazer, “provavelmente não alcançará nada, em termos educacionais”. Neoconservadores como Glazer acrescentaram peso científico social à

visão popular de que o transporte escolar não valia o custo. Eles ofereceram cobertura acadêmica a políticos como Nixon e seu sucessor Gerald Ford, ambos os quais, ao contrário do mais demagógico George Wallace, não queriam necessariamente ser agrupados com quaisquer reações negativas baseadas em raça ocorrendo em lugares como Canarsie e o sul de Boston. Esta última cidade experimentou sua própria batalha sobre o transporte escolar em 1974, quando católicos brancos se revoltaram violentamente contra os planos de suas escolas serem integradas com alunos do bairro negro próximo de Roxbury. Argumentos baseados em evidências contra o transporte escolar deram a Nixon e Ford espaço para ficarem do lado de fora dos 80% de bostonianos que se opunham ao transporte escolar sem ter que parecer alinhados com aqueles que penduraram placas inflamatórias do lado de fora da South Boston High School, como “Leve-os de volta para a África!” Nesta questão, como em tantas outras, os neoconservadores apresentaram racionalizações intelectuais para uma classe trabalhadora branca cada vez menos simpática às reformas liberais, particularmente aquelas que pareciam beneficiar os negros às suas custas. O crime foi outra questão que alinhou a imaginação neoconservadora com as sensibilidades da classe trabalhadora branca. Irving Kristol gracejou que uma

neoconservador é “um liberal que foi assaltado pela realidade”. Dado seu ethos duro com o crime, a citação também faria sentido em uma forma ligeiramente abreviada: um neoconservador “é um liberal que foi assaltado”. James Q. Wilson fez mais do que qualquer outro neoconservador — mais do que qualquer outro pensador — para traduzir ansiedades sobre os níveis crescentes de criminalidade em políticas draconianas adotadas por republicanos e democratas. Assim como Wilson argumentou que a abertura de uma educação liberal sobreviveria apenas se a ordem fosse mantida nos campi universitários do país, ele defendeu que a democracia duraria apenas em um ambiente urbano organizado. E para que isso acontecesse, os liberais que dominavam o pensamento oficial sobre o sistema de justiça precisavam ser honestos sobre raça e crime. “O fato de os negros cometerem uma parcela desproporcional de certos crimes”, ele escreveu, “levou aqueles que falavam a favor ou sobre os negros na década de 1960 a negar o fato, a explicá-lo como resultado de um sistema policial discriminatório ou a argumentar que os negros são levados a isso pela pobreza e segregação.”

Wilson estava certo ao dizer que, no final dos anos 60, muitos liberais e a maioria dos New Leftists acreditavam que o crime resultava de fatores sociais inextricavelmente ligados ao racismo institucional. Assim, a solução liberal de esquerda para o crime era criar um sistema judicial indulgente focado mais em formas de prevenção amenizadoras do que em punição. Wilson destacou que a tendência liberal de esquerda de ver o crime como consequência de uma sociedade racista era extremamente impopular entre os eleitores, que votavam cada vez mais em políticos menos hospitaleiros com os criminosos. Mas Wilson também argumentou que a abordagem liberal de esquerda estava simplesmente errada, citando estudos que mostravam que forças policiais reforçadas e sentenças mais rigorosas eram os únicos métodos comprovados para reduzir o crime com sucesso. “Embora melhorias contínuas na prosperidade e no fim da discriminação possam, em última análise, ser os melhores remédios para o crime”, ele admitiu, “no curto prazo, os esforços da sociedade devem ser direcionados para melhorar o sistema de justiça criminal como um mecanismo para controle social justo e eficaz”. Em outras palavras, as abstrações grandiosas da criminologia liberal de esquerda serviram para distrair da implementação de maneiras eficazes de combater o crime, outra das muitas consequências não intencionais do esquerdismo que neoconservadores como Wilson buscaram destacar.

Que as prescrições políticas de Wilson eram relativamente antipáticas à situação dos negros americanos — e que tais receitas, quando postas em ação por políticos empenhados em travar uma “guerra contra o crime”, previsivelmente levaram ao encarceramento em massa de jovens negros — revelou muito sobre as atitudes raciais neoconservadoras. No entanto, longe de serem racistas feios na ordem de Bull Connor, o comissário de segurança pública de Birmingham cujo nome se tornou sinônimo da defesa branca sulista de Jim Crow quando ele soltou cães de ataque e canhões de água em ativistas não violentos dos direitos civis em 1963, os intelectuais urbanos de Nova York desaprovaram a intolerância provinciana. E, no entanto, a crença neoconservadora de que os negros americanos poderiam superar o racismo se apenas trabalhassem duro — se apenas, em outras palavras, desmentiram suas pretensões cosmopolitas. Os neoconservadores estavam cegos para o fato enormemente significativo de que os negros americanos, como escreve o historiador David Hollinger, “são o único grupo étnico-racial a herdar um legado multissecular de escravidão específica de grupo e degradação extensa e institucionalizada sob a ordenança da autoridade constitucional federal”. A interpretação errônea óbvia da história pelos neoconservadores possivelmente decorreu do fato de que eles entendiam que suas próprias circunstâncias peculiares eram mais universais do que de fato eram. Nisso, os neoconservadores viam a América através da

lente do típico imigrante assimilado, mais culto, com certeza, mas ainda típico. Como Jacob Heilbrunn argumenta mais amplamente sobre a mudança neoconservadora da Esquerda para a Direita, a maneira de apreciá-la “pode ser focar no neoconservadorismo como um drama desconfortável, controverso e tempestuoso da assimilação de imigrantes judeus — uma história bem americana.”<sup>1</sup> Ao afastar o discurso do racismo aberto e em direção a uma defesa “daltônica” do mérito individual — “A cor é o teste de competência?”—

os neoconservadores também se afastaram das discussões influenciadas pelo Black Power sobre racismo institucional. Nesse pensamento racial neoconservador, ele se fundiu com formas microeconômicas de análise social que estavam ganhando espaço nos círculos acadêmicos e políticos.

Os neoconservadores, em outras palavras, viraram o radicalismo cultural da Nova Esquerda de cabeça para baixo ao argumentar que ideologias adversárias faziam tanto uma má cultura quanto uma má economia. Eles interpretaram os movimentos da Nova Esquerda como hostis aos valores tradicionais americanos e perigosamente anticapitalistas. Os neoconservadores exploraram uma poderosa linguagem política americana que separava aqueles que ganham seu próprio caminho daqueles que não ganham. Durante as revoltas populistas do final do século XIX, ou durante as grandes campanhas sindicais da década de 1930, uma elite corporativa voraz foi designada ao papel de sanguessugas. Os neoconservadores, ao contrário, argumentaram que a Nova Esquerda — especialmente o movimento Black Power — possibilitou uma cultura parasitária. A ideia de que as sensibilidades da Nova Esquerda eram perigosamente anticapitalistas também informou a crítica neoconservadora da libertação das mulheres e dos gays. Que os neoconservadores tenham se inclinado para a direita em questões de gênero não é surpreendente, dada a esfera masculina altamente carregada habitada pelos intelectuais de Nova York. Mas também é paradoxal, dado que a intelectual neoconservadora que mais escreveu sobre questões de gênero, a esposa de Podhoretz, Midge Decter, rejeitou noções de que o seu era um mundo sexista. Decter, nascida em 1927 e empregada por várias pequenas revistas que pontilhavam o cenário intelectual de Nova York durante os anos do pós-guerra, alegou ter sido sempre um tanto tradicional em questões relacionadas a sexo e família, apesar de ter se divorciado de seu primeiro marido relativamente jovem. O biógrafo de seu segundo marido, Podhoretz, escreve: “Tanto Midge quanto Norman entendiam seus papéis de ‘gênero’ no que os acadêmicos chamam de termos ‘essencialistas’.” Decter desencadeou sua política de gênero “essencialista” ou conservadora em resposta à “libertação das mulheres”. Ela articulou vigorosamente suas visões antifeministas em dois livros, *The Liberated Woman and Other Americans*, publicado em 1971, e *The New Chastity and Other Arguments against Women's Liberation*, publicado no ano seguinte. Ao fazer isso, Decter serviu de aviso de que, em vez de se alistar na guerra entre os sexos, ela estava oferecendo seus serviços para as guerras culturais.<sup>2</sup> A alegação abrangente de Decter era que as mulheres americanas estavam melhores do que nunca. Por exemplo, as mulheres tinham novas habilidades para garantir empregos remunerados e controlar a gravidez por meio do controle de natalidade. E, no entanto, como ela tentou mostrar, mesmo com tais avanços, ou talvez por causa deles, as feministas cambalearam cegamente contra as restrições patriarcais. Decter argumentou que as mulheres se juntaram ao movimento de libertação das mulheres não por um desejo por novas liberdades, mas sim por medo de que com novas liberdades viessem novas responsabilidades. “A Libertação das Mulheres não incorpora uma nova onda de demanda por direitos iguais. Nem sua preocupação com a opressão sinaliza um anseio por liberdade”, ela reclamou. Em vez disso, surgiu das “dificuldades que as mulheres estão enfrentando com os direitos e liberdades que já desfrutam”. Por exemplo, se as mulheres

iriam entrar no mercado de trabalho como os homens, Decter raciocinou, elas tinham que estar preparadas para competir no mercado de trabalho capitalista implacável ao qual os homens há muito se acostumaram. Em suma, Decter acreditava que as feministas eram adversárias à disciplina consagrada nas tradições americanas, como a ética de trabalho protestante que os neoconservadores, em sua maioria judeus, passaram a adorar.<sup>3</sup> A análise antifeminista de Decter era uma expressão paradigmática do pensamento neoconservador da “nova classe”. Ela se preocupava que a propensão intelectual feminista de superteorizar experiências da “vida cotidiana”, como “casamento, divórcio, criação de filhos, trabalho para viver, envelhecimento e, ultimamente, acima de tudo, sexo”, criasse problemas onde nenhum existia antes. Ao contrário das feministas da cultura adversária, Decter acreditava que sua missão era fechar a lacuna entre as maneiras comuns e “naturais” pelas quais as pessoas vivenciavam a vida e as maneiras artificiais pelas quais as feministas superintelectualizavam a experiência. Para Decter, assim como para todos os neoconservadores, a

os anos sessenta distorceram as visões de mundo das jovens supostamente mimadas que hasteavam as bandeiras da libertação feminina. “Acima de tudo, sendo uma criatura dos anos sessenta e não dos anos cinquenta, [a jovem feminista] não precisa saber que a liberdade é um fim em si mesma, um valor cujas conexões mais fortes não são, portanto, com a felicidade, mas com a responsabilidade.”

Decter continuou: “[A] liberdade que ela realmente busca é de um tipo bem diferente. É uma liberdade exigida por crianças e não desfrutada por ninguém: a liberdade de todas as dificuldades.”

A responsabilidade se tornou uma tradição americana sacrossanta para Decter e seus companheiros neoconservadores. Seu desdém pela “nova classe” cresceu a partir da crença de que seus membros se esquivavam da responsabilidade e, pior ainda, convenceram uma nova geração de americanos a fazer o mesmo. O declínio americano, cultural e econômico, deveu-se à influência da cultura adversária. Somente um despertar cultural e econômico conservador pode renovar a América.<sup>4</sup> Claro, a análise de gênero neoconservadora frequentemente se traduzia no que só poderia ser descrito como pudor e, em suas formas mais preconceituosas, homofobia. Daniel Bell, que se autodenominava “socialista em economia, liberal em política e conservador em cultura”, lamentou o ethos transgressivo dos anos 60 —

para o qual ele usou Chelsea Girls de Andy Warhol como ponto de referência — com sua “preocupação obsessiva com homossexualidade, travestismo, sodomia e, o mais difundido de todos, relações sexuais orais-genitais exibidas publicamente”. A homofobia de Decter foi exibida ainda mais plenamente em seu infame artigo de 1980 no Commentary, “Boys on the Beach”, um ataque anedótico cruel ao movimento de libertação gay. Naquele artigo, Decter enquadrava sua oposição geral aos direitos gays por meio de suas observações sobre os homens gays que povoavam Fire Island, um resort de praia em Long Island onde ela e sua família passavam os verões no início dos anos 60. Entre outras calúnias, Decter interpretou a homossexualidade de Fire Island como uma fuga da “nova classe” das responsabilidades impostas aos homens por mulheres e crianças. Ela acusou os gays de Fire Island de ostentarem seu comportamento narcisista diante dos homens heterossexuais que seguiam suas vidas nada emocionantes, mas significativas. Os homens heterossexuais que Decter defendeu sentiram-se “ridicularizados acima de tudo por terem se tornado, tanto em estilo quanto em substância, homens de família, envolvidos em obter e gerar, pensando em hipotecas, escolas e no acessível, marcando a passagem dos anos em obediência a todos os imperativos sujos que a masculinidade heterossexual parece impor.”<sup>5</sup> O artigo de Decter causou um escândalo literário, trazido à vida quando o mestre polemista Gore Vidal o revisou no The Nation. O ensaio de Vidal, “Triângulo Rosa e Estrela Amarela”, criticou Decter por seu estilo—

ela escreveu, ele zombou, "com a autoridade e a confiança fácil de alguém que sabe que é muito bem conhecida pelos poucos que a conhecem" — e, mais importante, pela substância. Sobre o último, Vidal se ofendeu com a suposição de Decter de que os gays ostentosos de Fire Island representavam todos os gays. Muitos outros gays, argumentou Vidal, se escondiam à vista de todos devido à homofobia generalizada. Vidal também zombou da noção de Decter de que os gays viviam para atormentar homens heterossexuais. "Embora o sangue de Decter estivesse sempre fervendo ao contemplar esses meio-homens artificiais e imaturos, eles estavam", ele suspeitou, "serenamente inconscientes dela e de seus comparsas de nova classe, adorando solenemente no santuário da Família". Ao intitular seu artigo "Triângulo Rosa e Estrela Amarela", Vidal chamou a atenção para Decter como judeu e para o Commentary como uma publicação judaica. "Nos campos de concentração alemães", ele escreveu, "os judeus usavam estrelas amarelas, enquanto os homossexuais usavam triângulos rosas". No contexto da eleição de Ronald Reagan para a presidência em 1980, e com a nova visibilidade política dos evangélicos, que abertamente apregoavam mensagens antigay, Vidal raciocinou que judeus e homossexuais mais uma vez tinham inimigos comuns e deveriam se unir. E, no entanto, em vez disso, "a Sra. Norman Podhoretz", ele fervia, "conseguiu não apenas inventar todos os preconceitos e superstições conhecidos sobre pessoas do mesmo sexo, mas também inventar alguns novos. Por pura energia e vigor, 'The Boys on the Beach' supera seu modelo implícito, O Protocolo dos Sábios de Sião". ¶ Para Vidal chamar a atenção para Decter como judeu dessa forma foi inflamatório. Também foi errado em termos de julgar a posição judaica nos Estados Unidos. O fato de alguns judeus, particularmente aqueles da persuasão neoconservadora, terem encontrado causa comum com os evangélicos não restringiu sua liberdade como judeus nos Estados Unidos. Muito pelo contrário, como George H.

Nash argumenta convincentemente que a virada conservadora tomada pelos judeus no Commentary demonstrou que os judeus estavam mais na corrente principal do que nunca. "Em 1945, o Commentary nasceu em uma subcultura marginal, empobrecida e baseada em imigrantes e em um meio intelectual que apregoava a 'alienação' e a 'não conformidade crítica' como as verdadeiras marcas do intelectual em relação à sua própria cultura", escreve Nash. "Duas gerações depois, o Commentary se manteve na corrente principal da cultura americana, e até mesmo do conservadorismo americano, como um celebrante da bondade fundamental do regime americano, e Norman Podhoretz, filho de um leiteiro imigrante, era seu defensor." Ao celebrar a "bondade fundamental" da América e suas instituições, os neoconservadores acreditavam que estavam prestando um serviço importante ao regime que amavam: eles o estavam protegendo da Nova Esquerda que eles achavam que estava tentando destruí-lo. Esta disputa acirrada entre a Nova Esquerda e os neoconservadores — esta dialética da revolução cultural conhecida como os anos sessenta — ajudou a impor à América uma divisão que ficaria conhecida como as guerras culturais.¶¶